TENDÊNCIAS RECENTES DA ENGENHARIA DOS SISTEMAS ESTATÍSTICOS NACIONAIS NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

RECENT TENDENCIES OF THE NATIONAL STATISTICAL SYSTEMS ENGINEERING IN THE AFRICAN PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES

Autor: Adrião S. Ferreira da Cunha

Consultor da Direcção do Instituto Nacional de Estatística
e
Director da Revista de Estatística

RESUMO:

- O artigo caracteriza a reforma dos Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) realizada pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na sequência das transformações políticas, económicas e sociais que operaram com início na segunda metade dos anos 80, e que culminaram em revisões constitucionais consagrando os modelos de democracia multipartidária e economia de mercado, originando a necessidade da institucionalização de novos SEN que substituíssem os criados após as suas independências para responder aos modelos de organização política e económica então adoptados, profundamente diferentes dos actuais.

Para além da caracterização dos SEN dos PALOP, é feita uma análise de direito comparado das respectivas Leis de Bases com os *Princípios das Estatísticas Oficiais* aprovados pela Comissão de Estatística da ONU em Abril de 1994.

PALAVRAS-CHAVE:

- *sistema estatístico nacional; elementos estruturais; elementos estruturantes; órgãos; princípios.*

ABSTRACT:

- The article characterise the reform of the National Statistical Systems (NSS) carry out by the African Portuguese Speaking Countries (APSC) on the sequence of the political, economic and social transformations that takes place at the 2nd half of the eighties, with constitutional revisions adopting the models of multiparty democracy and market economy, originating the need of news NSS replacing the Systems built after its independences to respond to the models of political and economic organisation adopted at the time, completely different from those of the present.

Besides the characterisation of the NSS of the APSC, an analysis of comparative law is made taking as conceptual reference the Principles of Official Statistics approved by the Statistical Commission of the United Nations in April 1994.

KEY-WORDS:

- *national statistical system; structural and structurally elements; bodies; principles.*

1. INTRODUÇÃO

As transformações políticas, económicas e sociais iniciadas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na segunda metade da década de 80, e que culminaram no começo dos anos 90 em revisões constitucionais acolhendo os modelos de *democracia multipartidária* e *economia de mercado*, obrigaram os respectivos Governos a proceder à reforma dos seus Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) que haviam criado na sequência das respectivas independências para dar resposta aos modelos de organização política e económica então adoptados e profundamente diferentes dos actuais. Assim, excepto a Guiné-Bissau que aguarda a aprovação de um projecto de Lei de Bases, já existente, para a criação de um novo SEN, procederam já à reforma dos seus Sistemas:

- **Moçambique**, Lei n.º 7/96 de 5 de Julho;
- **Angola**, Lei n.º 15/96, de 27 de Setembro;
- **Cabo Verde**, Lei n.º 15/V/96, de 11 de Novembro;
- **São Tomé e Príncipe**, Lei n.º 5/98, de 3 de Dezembro.

Tendo presente que um dos elementos de referência conceptual que devem nortear a arquitectura e o funcionamento dos SEN são os **Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais** aprovados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em Abril de 1994, considera-se pertinente analisar os novos SEN dos PALOP relativamente ao grau de acolhimento que cada um deu àqueles Princípios, análise que será desagregada pelos respectivos elementos *estruturais* e *estruturantes*, tomando-se como convenção, o que como definição seria muito pobre, que os *elementos estruturais* são os **órgãos** que os integram enquanto que os *elementos estruturantes* são os **princípios** que os norteiam.

Depois da caracterização dos *elementos estruturais* e *estruturantes* de cada um dos SEN dos PALOP, é efectuada uma **análise de direito comparado** das respectivas leis ou projectos de leis de base, a qual incidirá, fundamentalmente, sobre os aspectos que se consideram marcadamente de natureza mais substantiva.

2. SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL DE ANGOLA

2.1- INTRODUÇÃO

O SEN de Angola foi criado pela Lei n.º 15/96, de 27 de Setembro, substituindo o Sistema anterior de 1988, sendo de interesse transcrever o respectivo Preâmbulo:

«As transformações políticas económicas e sociais em curso no País, que se acentuaram nos últimos anos, com a abertura a novos métodos e estilos de direcção, gestão e actividade económica, exigem que a Administração do Estado disponha de meios e instrumentos indispensáveis a uma gestão democrática, participada e eficiente.

Neste contexto, tornam-se imprescindíveis a disponibilidade e o acesso a informação estatística, actualizada e fiável, instrumento indispensável para o planeamento do desenvolvimento nacional, para a definição dos objectivos estratégicos de curto e médio prazos e para o acompanhamento

dos resultados obtidos, bem como para a integração de todas as forças produtivas e sociais na realização desses objectivos.

Visa, pois, o presente diploma criar as condições que permitam a implantação de um Sistema Estatístico Nacional, que integrando na recolha e no tratamento de dados todas as capacidades instaladas e disponíveis, permitam o acesso à informação de todos os utentes.»

2.2- ELEMENTOS ESTRUTURAIS

O Artigo 1º dá a seguinte *definição* para o SEN:

O Sistema Estatístico Nacional integra o conjunto de recursos, programas, órgãos, actividades e métodos que, de forma organizada e coordenada, intervêm no processo.

O Artigo 2º fixa os seguintes *objectivos* para o SEN:

- a) *Garantir a existência, em tempo oportuno e com regularidade, de dados fiáveis que permitam suportar a definição de políticas, programas e estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a tomada de decisões políticas e empresariais e a indispensável investigação científica;*
- b) *Fornecer ao Governo os indicadores nacionais de desenvolvimento humano necessários à monitorização da evolução da execução das políticas, estratégias e intervenções em curso, como suporte da tomada de decisões;*
- c) *Garantir a disponibilização de estatísticas integradas, harmonizadas e contínuas, que possam ser utilizadas pelo maior número de pessoas e instituições;*
- d) *Garantir a participação de um maior número de pessoas e instituições na realização de actividades estatísticas;*
- e) *Contribuir para a elevação do nível cultural da população e um melhor conhecimento da realidade nacional, através da ampla disseminação de informação económica e social;*
- f) *Garantir a protecção e confidencialidade dos micro-dados relativos às pessoas singulares ou colectivas, contidos em suportes manuais ou computurizados.*

Segundo o Artigo 3º, os *órgãos* do Sistema Estatístico Nacional são os seguintes:

- *Conselho Nacional de Estatística;*
- *Instituto Nacional de Estatística;*
- *Órgãos Estatísticos Sectoriais;*
- *Órgãos Estatísticos Locais.*

O Artigo 12º *define* o Conselho Nacional de Estatística como *O órgão encarregado de orientar superiormente o Sistema Estatístico Nacional, fixando-lhe o n.º 1 do Artigo 13º a seguinte composição:*

1. *O Conselho Nacional de Estatística é presidido pelo Ministro do Planeamento e integra:*

- a) *O Director do Instituto Nacional de Estatística;*
- b) *Representantes dos órgãos da Administração Central e Local do Estado;*

- c) *Representantes da Reitoria da Universidade Agostinho Neto e de outras instituições e institutos científicos;*
- d) *Representantes de organizações e associações de entidades patronais e sindicais e de trabalhadores, bem como de associações profissionais;*
- e) *Representantes de empresas públicas.*

Está ainda previsto nos n.º 2 a n.º 4 do Artigo 13º a possibilidade de participarem nas reuniões do Conselho Nacional de Estatística as seguintes *entidades e pessoas*:

2. *Podem participar nas reuniões do Conselho Nacional de Estatística, nos termos que vierem a ser regulamentados, representantes de organizações não governamentais nacionais ligadas a questões do desenvolvimento, sem direito a voto.*
3. *Para as reuniões do Conselho Nacional de Estatística podem ser convidados a participar, sem direito a voto, representantes de organismos e organizações internacionais vocacionados para questões do desenvolvimento.*
4. *Para as reuniões do Conselho Nacional de Estatística podem ainda ser convidados a participar, sem direito a voto, pessoas singulares ou colectivas não incluídas no n.º 1 e cuja participação se mostre útil para a sua actividade.*

As *competências* do Conselho Nacional de Estatística encontram-se assim definidas no Artigo 14º:

- a) *Definir as linhas gerais da actividade estatística oficial nacional e estabelecer regras para a definição das respectivas prioridades, em termos de produção de informação;*
- b) *Garantir a coordenação do Sistema Estatístico Nacional, aprovando os conceitos, definições, nomenclaturas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística;*
- c) *Aprovar os indicadores nacionais de desenvolvimento humano;*
- d) *Estimular o aproveitamento de actos administrativos para fins estatísticos, formulando recomendações para o efeito;*
- e) *Estimular a actividade estatística das associações e organizações, bem como o aproveitamento da sua actividade para fins estatísticos, formulando recomendações para o efeito;*
- f) *Apresentar propostas sobre normas, princípios e mecanismos que permitam melhorar a actividade estatística;*
- g) *Estimular, junto dos órgãos competentes nacionais e de doadores internacionais o angariamento dos meios financeiros indispensáveis ao desenvolvimento da produção estatística nacional.*

Quanto ao INE, a sua *natureza e objecto* têm a seguinte definição no Artigo 18º:

O Instituto Nacional de Estatística é um instituto público, dotado de personalidade e capacidade jurídica e de autonomia técnica, administrativa e financeira, cujo objectivo é a dinamização e coordenação da recolha, tratamento e difusão da informação estatística oficial nacional.

As *atribuições* do INE estão encontradas assim definidas no Artigo 20º:

- a) *Proceder à recolha, directamente ou através de órgãos em que delegue essa competência ou que contrate para o efeito, dos dados que interessem ao desenvolvimento económico e social nacional, bem como o seu tratamento e difusão;*
- b) *Dinamizar o trabalho estatístico dos órgãos sectoriais e locais e apoiá-los metodologicamente;*
- c) *Estimular o trabalho estatístico que permita a disponibilidade de dados de acordo com as necessidades de todos os utilizadores;*
- d) *Realizar os censos oficiais, de acordo com a legislação em vigor e as recomendações internacionais;*
- e) *Dinamizar a análise e difusão da informação estatística;*
- f) *Definir indicadores de desenvolvimento humano, para aprovação pelo Conselho Nacional de Estatística;*
- g) *Dinamizar e estimular a formação de quadros na área de estatística;*
- h) *Organizar o arquivo estatístico nacional.*

Quanto às competências atribuídas ao INE, dispõe o Artigo 21º:

1. *O exercício da actividade de produção de estatísticas oficiais é da competência exclusiva do INE, que pode delegar parte dessa competência, a nível sectorial ou local, em órgãos da Administração do Estado a esses níveis, bem como em outras entidades públicas ou privadas para a realização de inquéritos específicos.*
2. *Os serviços públicos e entidades que tiverem competência delegada pelo INE exercem a actividade estatística nos limites dos respectivos mandatos.*
3. *A delegação de competência prevista no presente diploma é feita por despacho do Ministro do Planeamento, sob proposta do Director do INE.*

Quanto aos Órgãos Delegados Sectoriais do INE, dispõe o Artigo 24º:

1. *O INE, com o apoio do Ministério do Planeamento, estimula a criação e desenvolvimento de órgãos estatísticos junto de todos os órgãos da Administração Central do Estado e apoia o seu funcionamento.*
2. *O INE apoia os órgãos estatísticos sectoriais, nomeadamente na selecção dos dados a recolher e tratar, na elaboração de metodologias de recolha e na formação de quadros.*

2.3- ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Os princípios orientadores do SEN consagrados na Lei n.º 15/96 são: *descentralização; coordenação estatística; autoridade estatística; autonomia técnica; segredo estatístico; abrangência e actualização; e imparcialidade;* que se transcrevem:

- Art.º 5º (Descentralização):

1. *Para efeitos da presente lei, entende-se por descentralização a transferência de poderes para os Órgãos Estatísticos Sectoriais e Locais.*
2. *A descentralização visa aumentar a eficiência do processo de tomada de decisão a nível sectorial e local e aumentar a priorização da actividade estatística necessária à gestão sectorial e local, bem como congrega todas as capacidades humanas, materiais e financeiras disponíveis para o trabalho*

estatístico, estimulando o esforço conjunto e coordenado para a realização dos objectivos do SEN, aumentando assim a sua abrangência e especialização.

- Art.º 6º (Coordenação Estatística):

A coordenação do processo de recolha e tratamento de dados estatísticos pelo INE visa garantir que os vários esforços desenvolvidos no trabalho estatístico obedeçam a uma normalização de conceitos e métodos e a uma certa qualidade científico-técnica e tenha continuidade, sistematização e se orientem para a realização dos objectivos do SEN.

- Art.º 7º (Autoridade Estatística):

- 1. Nos termos do princípio da autoridade estatística, a difusão dos dados estatísticos oficiais é da competência exclusiva do INE e nos termos dos regulamentos, dos respectivos órgãos delegados.*
- 2. No exercício da sua actividade, os órgãos do SEN podem realizar inquéritos e efectuar todas as diligências necessárias à produção de dados estatísticos, podendo solicitar informações a todos os funcionários, autoridades, serviços ou organismos e a todas as pessoas singulares ou colectivas que se encontrem em território nacional ou nele exerçam actividade.*
- 3. Caso as informações solicitadas, nos termos do número anterior, estejam relacionadas com convicções políticas, religiosas ou outras de natureza idêntica e que possuam um carácter eminentemente pessoal, os inquiridos têm o direito de não as prestar.*
- 4. Todas as instituições nacionais ou estrangeiras abrangidas pelo presente artigo que realizem inquéritos socio-demográficos e económicos são obrigados a fornecer ao INE os resultados dos seus estudos, com excepção daqueles estudos que, pela sua natureza e nos termos da lei, devam manter-se estritamente confidenciais.*
- 5. Todos os serviços públicos que possuam informação estatística têm o dever de cooperar com o INE e os seus vários órgãos, com vista a garantir a realização dos objectivos do SEN e dos seus princípios orientadores.*

- Art.º 8º (Autonomia Técnica):

A autonomia técnica consiste no poder de os órgãos estatísticos definirem livremente os meios técnicos mais ajustados à realização das suas atribuições, agindo, no âmbito da sua competência técnica, com inteira independência.

- Art.º 9º (Segredo Estatístico):

- 1. Todas as informações estatísticas colhidas pelo INE são de natureza confidencial, pelo que:*
 - a) Não podem ser individualizadas em termos de micro-dados nem insertas em quaisquer publicações ou fornecidas a quaisquer pessoas ou entidades;*
 - b) Constituem segredo profissional para todos os funcionários e agentes administrativos que delas tomem conhecimento;*
 - c) Nenhum serviço ou autoridade salvo as excepções previstas na lei pode ordenar o seu exame.*
- 2. As informações individualizadas sobre pessoas singulares ou colectivas só podem ser divulgadas com a sua autorização.*
- 3. Salvo disposição legal em contrário, as informações sobre a Administração Pública não estão abrangidas pelo segredo estatístico.*

4. *O segredo estatístico visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos, preservar a concorrência leal entre os agentes económicos e garantir a confiança dos informadores do sistema económico no SEN.*

- Art.º 10º (Abrangência e Actualização):

A informação estatística deve cobrir todo o universo estatístico e deve ser actualizada.

- Art.º 11º (Imparcialidade):

A informação deve ser produzida de maneira objectiva e isenta, nomeadamente no que se refere às técnicas, conceitos e metodologias a utilizar.

3. SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL DE CABO VERDE

3.1- INTRODUÇÃO

O SEN de Cabo Verde em vigor foi criado pela Lei n.º 15/V/96, de 11 de Novembro, substituindo o que havia sido institucionalizado em 1985.

2.2- ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Os *órgãos* que integram o SEN constam no Artigo 3º, sendo os seguintes:

- *Conselho Nacional de Estatística;*
- *Instituto Nacional de Estatística;*
- *Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais.*

Quanto ao Conselho Nacional de Estatística (CNEST), as suas *natureza, composição e competências* encontram-se definidas nos seguintes Artigos:

- Art.º 13º (Natureza):

O CNEST é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN.

- Art.º 12º (Composição):

1. *O CNEST é constituído por um presidente nomeado pelo Conselho de Ministros, por 3 anos, e pelos seguintes vogais:*
 - a) *Presidente do INE, que exerce funções de Vice-Presidente;*
 - b) *Um representante do departamento ministerial responsável pelo sector da Saúde;*
 - c) *Um representante do departamento ministerial responsável pelo sector da Educação;*
 - d) *Um representante do departamento ministerial responsável pelo sector da Justiça;*
 - e) *Um representante do departamento ministerial responsável pelo sector do Mar;*
 - f) *Um representante do departamento ministerial responsável pelo sector da Agricultura;*
 - g) *Um representante do departamento ministerial responsável pelo sector do Trabalho;*
 - h) *Um representante do departamento ministerial responsável pelos sectores do Turismo, Indústria e Comércio;*
 - i) *Um representante do Banco de Cabo Verde;*

- j) *Dois representantes do Sector Empresarial Privado;*
 - k) *Dois representantes de Associações Sindicais;*
 - l) *Dois representantes da Associação Nacional dos Municípios;*
 - m) *Três representantes de outros organismos públicos.*
2. *Os vogais a que se referem as alíneas b) a m) do número anterior e os respectivos suplentes são nomeados por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta dos ministros e entidades que representam.*
3. *O mandato dos membros do CNEST é de três anos, renovável por iguais períodos.*
4. *Os organismos internacionais poderão estar representados, sem direito a voto, no CNEST.*

- Art.º 15º (Competência do CNEST):

- a) *Definir as linhas gerais da actividade estatística nacional e estabelecer as respectivas prioridades;*
- b) *Garantir a coordenação do SEN, aprovando os conceitos, definições, nomenclaturas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística;*
- c) *Aprovar os programas de trabalho dos restantes órgãos que compreendem o SEN;*
- d) *Apreciar o plano de actividades do INE e o correspondente relatório final;*
- e) *Pronunciar-se, a pedido do Governo, sobre as normas e princípios gerais que devem regular a produção de dados estatísticos;*
- f) *Zelar pela observância do segredo estatístico;*
- g) *Promover a revisão do SEN, sempre que as circunstâncias o justifiquem;*
- h) *Aprovar o seu regulamento interno;*
- i) *Desempenhar outras funções que lhe vierem a ser cometidas por lei.*

O INE aparece caracterizado nos seguintes Artigos:

- Art.º 4º (Exclusividade):

O exercício de funções de coordenação técnica, recolha, tratamento, apuramento e difusão de dados estatísticos oficiais cabe exclusivamente ao INE.

- Art.º 19º (Natureza e Finalidade):

O INE goza de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e tem por finalidade a produção, a coordenação e a difusão de dados estatísticos oficiais.

- Art.º 20º (Tutela):

A tutela sobre o INE é exercida pelo ministro responsável pela área do Planeamento.

- Art.º 21º (Atribuições):

- a) *A recolha, o tratamento, a análise, a coordenação e a difusão dos dados estatísticos de que vier a ser incumbido pelo Governo, nos termos fixados por lei e tendo em conta as linhas gerais (da actividade estatística nacional) definidas pelo CNEST;*
- b) *A recolha, o tratamento, a análise, a coordenação e a difusão dos dados estatísticos que permitam satisfazer, em termos economicamente viáveis, as necessidades dos utilizadores, públicos ou privados, sem prejuízo da prossecução das atribuições referidas na alínea anterior.*

- Art.º 22º (Competência):

Para a realização das suas atribuições compete especialmente ao INE:

- a) *Recolher, compilar, analisar, tratar e publicar as informações estatísticas sobre o conjunto de actividades económicas e sociais do País;*
- b) *Coordenar os trabalhos estatísticos de todos os organismos produtores, colaborando com esses últimos na recolha, na compilação e na publicação de informações estatísticas, incluindo as que resultam da sua actividade;*
- c) *Proceder aos diferentes inquéritos e ao recenseamento da população e habitações;*
- d) *Prevenir a duplicação na recolha das informações pelos organismos públicos;*
- e) *Realizar inquéritos, estudos e outros trabalhos estatísticos que lhe forem solicitados pelo CNEST;*
- f) *Velar pela segurança e confidencialidade das informações;*
- g) *Promover a formação estatística de base para os funcionários e agentes dos órgãos produtores de estatísticas sectoriais;*
- h) *Prestar assistência técnico-estatística a entidades que dela careçam;*
- i) *Desempenhar outras funções que lhe vierem a ser cometidas por lei.*

Quanto aos Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais (OPES), enquanto Órgãos Delegados do INE, a sua caracterização aparece nos seguintes Artigos:

- Art.º 24º (Definição):

1. *Sempre que as circunstâncias o justificarem, poderão ser criados serviços produtores de estatísticas sectoriais, junto dos departamentos ministeriais ou outros organismos públicos.*
2. *Sem prejuízo do disposto no número anterior, é desde já atribuída a qualidade de órgãos produtores de estatísticas sectoriais aos seguintes serviços:*
 - a) *Banco de Cabo Verde;*
 - b) *Serviço central de estudos e planeamento do departamento ministerial da Agricultura;*
 - c) *Serviço central de estudos e planeamento do departamento ministerial da Educação;*
 - d) *Serviço central de estudos e planeamento do departamento ministerial da Saúde;*
 - e) *Serviço central de estudos e planeamento do departamento ministerial da Justiça;*
 - f) *Serviço central de estudos e planeamento do departamento ministerial das Pescas;*
 - g) *Instituto do Emprego e Formação Profissional.*

- Art.º 25º (Função):

Aos OPES incumbe a recolha, o tratamento e a análise da informação estatística dos respectivos sectores.

- Art.º 26º (Competência):

O âmbito das competências dos OPES será fixado por portaria conjunta do ministro que exerce a tutela sobre o INE e do ministro responsável pelo respectivo sector.

- Art.º 27º (Atribuição da Qualidade de OPES):

A atribuição da qualidade de OPES, bem como a cessação dessa qualidade, serão feitas por despacho conjunto do ministro que tutela o INE e do ministro do respectivo sector, ouvido o CNEST, sob proposta

devidamente fundamentada do Presidente do INE e dos responsáveis dos serviços propostos para atribuição ou cessação da qualidade de órgão produtor.

2.3- ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Os princípios orientadores do SEN são: Autonomia Técnica, Autoridade Estatística, Segredo Estatístico, Cooperação Estatística, Coordenação de Objectivos, Coordenação Técnica, Publicações e Responsabilidade, com as seguintes definições:

- Art.º 5º (Autonomia Técnica):

- 1. No exercício da sua actividade, o INE goza de autonomia técnica.*
- 2. A autonomia técnica consiste no poder conferido aos órgãos de definir livremente os meios tecnicamente mais ajustados à prossecução das atribuições do INE, agindo no âmbito da sua competência técnica com inteira independência.*
- 3. O INE tem competência para tornar disponíveis, divulgar e difundir os resultados da actividade desenvolvida no quadro das suas atribuições, sem prejuízo do respeito pelas regras do segredo estatístico.*

- Art.º 6º (Autoridade Estatística):

- 1. No exercício da sua actividade, o INE pode realizar inquéritos e efectuar todas as diligências necessárias à produção de dados estatísticos e pode solicitar informações a todos os funcionários, autoridades, serviços ou organismos e a todas as pessoas singulares ou colectivas que se encontrem em território nacional ou nele exerçam a sua actividade.*
- 2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as informações relacionadas com convicções políticas, religiosas ou outras de idêntica natureza, bem como as referentes ao sigilo bancário.*

- Art.º 7º (Segredo Estatístico):

- 1. O segredo estatístico visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos, preservar a concorrência entre os agentes económicos e garantir a confiança dos informadores no sistema estatístico.*
- 2. Todas as informações estatísticas de carácter individual colhidas pelos órgãos que compreendem o SEN são de natureza confidencial, pelo que:*
 - a) Não podem ser discriminadamente insertas em quaisquer publicações ou fornecidas a quaisquer pessoas ou entidades, nem delas pode ser passada certidão;*
 - b) Constituem segredo profissional para todos os funcionários e agentes que delas tomem conhecimento;*
 - c) Nenhum tribunal, serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame.*
- 3. As informações individualizadas sobre pessoas singulares nunca podem ser divulgadas.*
- 4. Salvo disposição legal em contrário, as informações sobre a Administração Pública não estão abrangidas pelo segredo estatístico.*
- 5. As informações sobre cooperativas, empresas públicas e privadas, instituições de crédito e outros agentes económicos não podem ser divulgadas, salvo autorização escrita dos respectivos representantes.*

- Art.º 8º (Cooperação Estatística):

Todos os serviços que devam ou possam fornecer informação estatística, têm o dever de cooperar com o INE e com os seus órgãos, com vista ao funcionamento eficiente do SEN e à observância dos seus princípios orientadores.

- Art.º 9º (Coordenação de Objectivos):

- 1. Os órgãos que compreendem o SEN, elaboram, obrigatoriamente, programas anuais e plurianuais de produção a aprovar pelo CNEST.*
- 2. A realização de quaisquer inquéritos e outras operações estatísticas por qualquer entidade do sector público que não as compreendidas no artigo 3º (Conselho Nacional de Estatística, Instituto Nacional de Estatística e Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais), estão sujeitos a autorização prévia do INE.*

- Art.º 10º (Coordenação Técnica):

- 1. Qualquer inquérito a nível nacional realizado pelas autoridades previstas no artigo 3º (CNEST, INE, OPES) ou por qualquer outro organismo público ou internacional, deverá obrigatoriamente ter um número atribuído pelo INE.*
- 2. Sobre a base do seu programa anual de trabalho aprovado pelo CNEST, os órgãos produtores de estatística sectorial, estabelecerão protocolos de colaboração com o INE, versando a natureza das informações a recolher, os métodos a aplicar, a frequência e a data da recolha.*

- Art.º 11º (Publicações):

Todas as publicações sobre estatística nacional pelas entidades referidas no artigo 3º (CNEST, INE, OPES) do presente diploma, ou por qualquer outro organismo público ou internacional, deverão ter, obrigatoriamente, um número de catálogo do INE antes da sua difusão.

- Art.º 12º (Responsabilidade):

No exercício das suas actividades, os órgãos do SEN (CNEST, INE, OPES) serão responsáveis, nos termos da lei, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros.

4. SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL DA GUINÉ-BISSAU

4.1- INTRODUÇÃO

Como referido, a Guiné-Bissau dispõe de um projecto de Lei de Bases do SEN que aguarda que o Governo o submeta à aprovação da Assembleia Nacional Popular, que substituirá o SEN em vigor, criado pelo Decreto-Lei n.º 2/91, de 25 de Março.

Do referido projecto de Lei, por relevante, transcreve-se o seu *preâmbulo*:

«A profunda reestruturação política, económica e social que se encontra em curso no País, na sequência da nova Constituição, implica a organização de um sistema estatístico nacional que supra as insuficiências notórias de informação estatística oficial que se tem verificado até agora.

Entre os principais estrangulamentos do Sistema Estatístico Nacional em vigor podem apontar-se alguns dos seus desajustamentos de origem legal e estrutural, designadamente:

- Um insuficiente e inadequado ordenamento jurídico, constituindo um factor bloqueador da sua actividade;*

- *O não funcionamento do Conselho Nacional de Informação Estatística criado pelo Decreto-Lei n.º 2/91, de 25 de Março, com a natureza de órgão superior de orientação e coordenação do Sistema Nacional de Informação Estatística;*
- *A não aplicação efectiva do princípio da autoridade estatística, devido à ausência de regulamentação para aplicação de sanções pecuniárias aos transgressores estatísticos que não respondem aos inquéritos estatísticos oficiais, ou respondem fora dos prazos legalmente fixados ou, ainda, com falta de veracidade, tudo redundando num desrespeito total pelas obrigações estatísticas oficiais;*
- *A insuficiência da formulação do princípio da autonomia técnica legalmente consagrada aos órgãos produtores de estatísticas oficiais bem como a inexistência de outros princípios, adoptados pela maioria dos países, que se impõe consagrar para reforçar a confiança dos utilizadores sobre a objectividade das estatísticas oficiais produzidas;*
- *Finalmente, e não menos importante, a excessiva descentralização funcional da actividade estatística nacional, agravada pela ausência total de qualquer função de coordenação do Sistema, redundou na proliferação de serviços estatísticos ministeriais à revelia de quaisquer princípios norteadores e coordenadores, com desprezo de todas as conveniências de ordem técnica e funcional.*

Face a esta situação e aos insucessos e reduzido alcance das acções anteriores visando o desenvolvimento do aparelho estatístico nacional, urge tomar medidas que possibilitem, num primeiro passo, a construção do ordenamento jurídico de um novo sistema estatístico nacional, como factor estrutural e estruturante determinante do desejável e necessário desenvolvimento progressivo da capacidade nacional de produção e difusão de informação económica e social de base estatística oficial.

Com o presente diploma redefinem-se os princípios em que deve assentar o novo Sistema Estatístico Nacional, bem como as linhas orientadoras da sua aplicação, reorganizando-se a sua estrutura institucional.»

4.2- ELEMENTOS ESTRUTURAIS

O projecto da Lei de Bases do SEN dá as seguintes *noção do Sistema e definição* de algumas das suas *componentes fundamentais*:

- Art.º 1º (Noção) :

1. *Por Sistema Estatístico Nacional, adiante abreviadamente designado SEN, entende-se o conjunto orgânico integrado pelas instituições e entidades a quem compete assegurar o exercício da actividade estatística nacional com vista à coordenação, produção e difusão das estatísticas oficiais, com base nos dados estatísticos recolhidos junto das unidades estatísticas inquiridas.*
2. *Por actividade estatística nacional entende-se o conjunto de métodos, técnicas e procedimentos de coordenação, concepção, recolha, tratamento, análise e difusão de informação estatística oficial de interesse nacional, de que se destaca a realização de recenseamentos, inquéritos correntes e eventuais, a elaboração das contas nacionais e de outros indicadores económicos e sociais, bem como estudos, análises de conjuntura e investigação.*
3. *Por estatísticas oficiais entendem-se as produzidas pelos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN.*
4. *Por unidade estatística entende-se todas as pessoas singulares ou colectivas e entidades equiparadas, de direito público e privado, que se encontrem ou exerçam actividades no território nacional.*

- Art.º 2º (Ministro de Tutela) :

A tutela do SEN é exercida pelo Primeiro-Ministro ou pelo membro do Governo em que delegar as respectivas funções, adiante designado Ministro de Tutela.

O projecto da Lei de Bases do SEN fixa os seguintes *objectivos* para o Sistema:

- Art.º 3º (Objectivos do SEN) :

- a) *Assegurar que as actividades estatísticas oficiais se desenvolvam de forma coordenada, integrada e racional, com base numa normatividade técnica uniforme em todo o território nacional;*
- b) *Garantir que a coordenação, recolha, tratamento, análise e difusão da informação estatística oficial necessária ao País para orientar o seu desenvolvimento socio-económico nos seus diferentes níveis, seja de qualidade, objectiva, imparcial, oportuna e suficiente;*
- c) *Optimizar os recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais na produção e difusão das estatísticas oficiais e no desenvolvimento da actividade estatística nacional, evitando duplicações de esforços e a consequente delapidação de recursos;*
- d) *Fomentar o interesse das instituições públicas e privadas, das empresas e dos cidadãos em geral na actividade estatística nacional, a fim de promover a sua participação e colaboração na recolha de dados estatísticos pertinentes, fidedignos e oportunos;*
- e) *Promover a análise e a utilização da informação estatística oficial entre as instituições públicas e privadas e a comunidade em geral, para um melhor conhecimento objectivo da realidade nacional como instrumento fundamental para a tomada de decisões a todos os níveis;*
- f) *Garantir o funcionamento de um sistema nacional de informação económica e social de base estatística oficial, capaz de satisfazer as necessidades dos diferentes utilizadores;*
- g) *Estimular e promover em permanência a formação e o aperfeiçoamento profissional do pessoal dos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN.*

Quanto aos *órgãos* do SEN (*elementos estruturais*), o projecto de Lei de Bases prevê os seguintes:

- Art.º 5º (Órgãos) :

1. São órgãos do SEN:

- a) *O Conselho Superior de Estatística, adiante abreviadamente designado CSE;*
- b) *O Instituto Nacional de Estatística, adiante abreviadamente designado INE;*
- c) *O Banco Central da Guiné-Bissau, adiante abreviadamente designado BC;*
- d) *Os Órgãos Delegados do INE, adiante abreviadamente designados OD.*

2. Os órgãos do SEN, no exercício das suas actividades estatísticas, ficam sujeitos aos princípios definidos no Artigo 4º.

Quanto ao Conselho Superior de Estatística, são-lhe definidas as seguintes *noção, âmbito e atribuições*:

- Art.º 6º (Do Conselho Superior de Estatística):

1. O CSE é o Órgão de Estado de orientação e coordenação do SEN, ao qual compete:

- a) *Definir quadrienalmente as directrizes gerais da actividade estatística nacional com as respectivas prioridades;*
 - b) *Garantir a coordenação do SEN, aprovando, sob proposta do INE, normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística, de utilização imperativa por todos os órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN;*
 - c) *Fomentar o aproveitamento para fins estatísticos de actos administrativos da Administração Pública, formulando recomendações com vista, designadamente à utilização nos documentos administrativos das nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística, aprovados nos termos da alínea b);*
 - d) *Zelar pela observância do princípio do segredo estatístico e autorizar a libertação do segredo estatístico nos casos e termos previstos na alínea b) do n.º 4 e nos n.º 5 e n.º 6, todos do Artigo 4º;*
 - e) *Emitir parecer sobre o projecto de do plano anual da actividade estatística do SEN e respectivo orçamento, para o ano seguinte, preparado pelo INE, a ser submetido à aprovação do Ministro de Tutela;*
 - f) *Emitir parecer sobre o projecto do relatório anual da actividade estatística do SEN no ano anterior, preparado pelo INE, a ser submetido à aprovação do Ministro de Tutela;*
 - g) *Emitir parecer sobre as propostas apresentadas pelo INE para delegar competências noutros serviços públicos, bem como sobre as propostas da respectiva cessação;*
 - h) *Emitir parecer sobre os projectos de cooperação bilateral e multilateral no domínio da estatística, desenvolvidos pelos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN;*
 - i) *Emitir parecer, por solicitação do Governo, sobre os projectos de diplomas legais que contenham quaisquer normas com incidência na estrutura e funcionamento do SEN;*
 - j) *Aprovar o seu regulamento interno.*
2. *O CSE é presidido pelo Ministro de Tutela, e é composto pelos seguintes vogais:*
- a) *O Presidente do INE que exerce as funções de Vice-Presidente e que assegurará a presidência nas ausências e impedimentos do Presidente;*
 - b) *Um funcionário do INE, proposto pelo seu Presidente, que assegurará as funções de Secretário sem direito a voto;*
 - c) *Representantes de Ministérios;*
 - d) *Um representante do Banco Central;*
 - e) *Um representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas;*
 - f) *Um representante do Centro Nacional de Formação Administrativa;*
 - g) *Representantes de associações empresariais até ao máximo de quatro, dos quais um da área da agricultura, um da indústria, um do comércio e outro dos serviços;*
 - h) *Representantes de associações sindicais até ao máximo de quatro, um da área da agricultura, um da indústria, um do comércio e outro dos serviços.*

Quanto ao INE, a sua natureza e atribuições encontram-se assim definidas:

- Art.º 7º (Do Instituto Nacional de Estatística):

1. *O INE é o órgão central de produção de estatísticas do SEN, a quem cabe a coordenação, recolha, produção e difusão de informação estatística de interesse nacional.*

2. *O INE é um instituto público dotado de personalidade jurídica e gozando de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial, cuja organização, gestão e funcionamento se regem pelo respectivo estatuto orgânico a aprovar pelo Governo nos termos do Artigo 16º.*
3. *No exercício das suas atribuições genéricas referidas no n.º 1, cabe ao INE:*
 - a) *Coordenação, recolha, apuramento e difusão dos dados estatísticos de que vier a ser incumbido pelo Governo nos termos do plano anual da actividade estatística do SEN aprovado pelo Ministro da Tutela, tendo em conta o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do Artigo 6º;*
 - b) *Sem prejuízo da prossecução das atribuições referidas na alínea anterior, recolha, apuramento e difusão de outros dados estatísticos que permitam satisfazer, em termos economicamente viáveis, as necessidades específicas de utilizadores estatísticos públicos e privados, cuja satisfação seja por eles especialmente solicitada ao INE.*
4. *As despesas efectuadas pelo INE na realização dos inquéritos ou trabalhos estatísticos para a produção dos dados estatísticos referidos na alínea b) do número anterior, são pagas pelas entidades que os solicitaram.*

Quanto ao Banco Central da Guiné-Bissau, face à adesão do País à *Zona do Franco*, com as consequentes modificações do seu Estatuto Orgânico, o projecto de Lei do SEN precisa de ser reajustado, dispondo o seguinte a sua versão inicial (1996):

- Artº 8º (Do Banco Central):

1. *As competências estatísticas oficiais do BC no âmbito do SEN, são as que se encontram previstas na sua Lei Orgânica, o Decreto n.º 32/89, de 27 de Dezembro, no Artigo 36º.*
2. *Nos termos do preceito legal referido no número anterior, é da responsabilidade do BC a centralização, compilação e publicação das estatísticas monetárias, financeiras e cambiais, e a elaboração da balança de pagamentos.*

Quanto aos Órgãos Delegados do INE, as suas *natureza, criação e competências*, encontram-se assim previstas;

- Art.º 9º (Dos Órgãos Delegados do INE):

1. *Para a prossecução das suas atribuições referidas no n.º 1 e na alínea a) do n.º 3, ambos do Artigo 7º, o INE pode delegar funções estatísticas noutros serviços públicos, que serão os seus Órgãos Delegados previstos na alínea d) do n.º 1 do Artigo 5º.*
2. *Não podem ser OD as entidades privadas e cooperativas, salvo, em casos especiais, as empresas concessionárias de um serviço público.*
3. *Os OD que receberem delegação de competências do INE para a própria difusão das estatísticas delegadas, ficam obrigados a sujeitar previamente à aprovação técnica do INE as respectivas publicações.*
4. *A criação de OD será estabelecida, sob proposta do INE e parecer do CSE nos termos da alínea g) do n.º 1 do Artigo 6º, por Despacho Conjunto dos Ministros responsáveis pelas respectivas áreas a que se referem as estatísticas delegadas e do Ministro de Tutela, o qual definirá sempre os poderes delegados,*

bem como estipulará a obrigatoriedade do respeito pelo disposto na presente Lei, em particular dos princípios do SEN.

5. *À extinção dos OD aplica-se, com as adaptações devidas, o mecanismo previsto no número anterior.*

6. *Aplica-se aos OD o disposto nos n.º 1 e n.º 3 do Artigo 10º.*

- Art.º 10º (Realização de Inquéritos Estatísticos por Outras Entidades Públicas):

1. *Nenhum serviço do Estado ou das autarquias locais, ou outra entidade pública, ou com funções de interesse público, incluindo os OD, poderá realizar quaisquer inquéritos estatísticos sem prévia autorização do INE na sua qualidade de órgão central de produção de estatísticas do SEN.*

2. *Exceptua-se do disposto no número anterior o BC.*

3. *As formalidades a seguir nos pedidos de autorização para a realização de inquéritos estatísticos a que se refere o n.º 1, serão fixadas em normas regulamentares em conformidade com o disposto no Artigo 15º.*

4.3- ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Os princípios orientadores do SEN encontram-se definidos no projecto de Lei de Bases nos seguintes termos:

- Art.º 4º (Princípios) :

1. *A fim de garantir o melhor nível qualitativo possível no plano técnico-científico, deontológico e profissional, a actividade estatística nacional desenvolvida no âmbito do SEN, assenta nos princípios da autoridade estatística, do segredo estatístico, da autonomia técnica, da imparcialidade, da transparência, da fiabilidade, da pertinência e da coordenação estatística.*

2. *Para efeitos da presente lei, estes princípios são assim definidos:*

a) *Autoridade Estatística: é o poder conferido aos órgãos produtores de estatísticas oficiais pertencentes ao SEN de realizarem inquéritos com obrigatoriedade de resposta nos prazos que forem por eles fixados, bem como de efectuar todas as diligências necessárias à produção das estatísticas, podendo solicitar informações estatísticas a todas as autoridades, serviços ou organismos, funcionários e a todas as pessoas singulares ou colectivas e entidades equiparadas que se encontrem no território nacional ou nele exerçam actividade;*

b) *Segredo Estatístico: visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos, preservar a concorrência entre os agentes económicos e garantir a confiança dos inquiridos, consistindo na obrigação dos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN de protegerem os dados estatísticos individuais recolhidos relativos a pessoas singulares ou colectivas e entidades equiparadas, contra qualquer utilização não estatística e divulgação não autorizada;*

c) *Autonomia Técnica: consiste no poder conferido aos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN de definir livremente os meios tecnicamente mais ajustados à prossecução da sua actividade, designadamente no que diz respeito às técnicas científicas, metodologias, nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas que melhor se adaptem à consecução dos objectivos da presente lei, agindo no âmbito da sua competência técnica com inteira independência, podendo tornar disponíveis e difundir em pé de igualdade a todos os utilizadores as estatísticas produzidas e o mais rapidamente possível após terminado o seu processo de produção;*

- d) Imparcialidade: consiste no dever dos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN de produzirem e difundirem as estatísticas de maneira objectiva, científica e com bases inequívocas, ao abrigo de qualquer pressão oriunda de grupos políticos ou de outros grupos de interesse;
- e) Transparência: consiste no direito conferido aos fornecedores dos dados estatísticos individuais necessários à produção das estatísticas oficiais no âmbito do SEN de obter informações relativas ao fundamento jurídico, aos fins para que esses dados são pedidos e às medidas de protecção da sua confidencialidade e da sua utilização exclusiva para fins estatísticos;
- f) Fiabilidade: consiste no dever dos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN de produzirem e difundirem as respectivas estatísticas de maneira a que traduzam o mais fielmente possível a realidade e os fenómenos que se propõem quantificar, devendo ainda informar os utilizadores estatísticos sobre as fontes e os métodos utilizados na sua produção;
- g) Pertinência: consiste no dever dos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN de produzirem e difundirem estatísticas relacionadas com necessidades claramente definidas, devendo a recolha dos dados estatísticos individuais limitar-se ao que é estritamente necessário para a obtenção das estatísticas pretendidas;
- h) Coordenação Estatística: consiste no poder conferido ao SEN de elaborar e aprovar instrumentos técnicos de coordenação estatística, designadamente normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas uniformes, de aplicação imperativa por todos os produtores de estatísticas, de molde a garantir a harmonização, integração e comparabilidade das estatísticas produzidas.

Em reforço do princípio do Segredo Estatístico, continua o mesmo Artigo 4º:

3. Todos os dados estatísticos individuais recolhidos pelos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN, são de natureza confidencial, pelo que:
 - a) Não podem ser discriminadamente insertos em quaisquer publicações ou fornecidos a quaisquer pessoas ou entidades, nem deles pode ser passada certidão;
 - b) Nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame;
 - c) Constituem segredo profissional para todos os funcionários ou agentes que deles tomem conhecimento por força das suas funções estatísticas.
4. Exceptuam-se do disposto no número anterior, os casos em que:
 - a) A própria pessoa ou entidade a quem respeitam os dados estatísticos, por escrito, autorize expressamente a sua divulgação ou lhes retire o carácter confidencial;
 - b) O Conselho Superior de Estatística, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Artigo 6º, autorize a libertação do princípio do segredo estatístico, desde que estejam em causa necessidades do planeamento e coordenação económica ou as relações económicas externas, e da investigação.
5. Nos casos previstos no número anterior, a respectiva utilização dos dados estatísticos individuais será sempre feita sob forma anónima, de molde a não permitir a identificação das respectivas unidades estatísticas.
6. Os funcionários ou agentes dos órgãos produtores de estatísticas pertencentes ao SEN que, mesmo após cessarem a qualquer título as respectivas funções, violarem o princípio do segredo estatístico, são passíveis de responsabilização disciplinar, sem prejuízo de responsabilidade criminal.

5. SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

5.1- INTRODUÇÃO

As Bases do SEN de Moçambique foram aprovadas pela Lei n.º 7/96, de 5 de Julho, substituindo o Sistema que havia sido criado em 1982, sendo pertinente transcrever o respectivo *preâmbulo*:

«As transformações económicas e sociais operadas no País, a partir de 1987, criaram um novo cenário para o qual a legislação estatística nacional vigente se mostra inadequada. Impondo-se a sua alteração com vista a uma maior colaboração das entidades inquiridas, à não duplicação de esforços, à racionalização e optimização de recursos, à harmonização técnico-metodológica e à ampliação da oferta de informações estatísticas com o máximo de qualidade e custos mínimos, (...).»

5.2- ELEMENTOS ESTRUTURAIS

A lei dá as seguintes *definições de elementos essenciais* para a compreensão e unidade do Sistema Estatístico Nacional:

- Art.º 2º (Definições):

Para efeitos da presente lei entende-se por:

- a) *Sistema Estatístico Nacional, adiante abreviadamente designado por SEN, o conjunto orgânico integrado pelas instituições e entidades a quem compete o exercício da actividade estatística oficial;*
- b) *Actividade Estatística Oficial, o conjunto de métodos, técnicas e procedimentos de concepção, recolha, tratamento, análise e difusão de informação estatística oficial de interesse nacional, de que se destaca a realização de recenseamentos, inquéritos correntes e eventuais, a elaboração das contas nacionais e de indicadores económicos, sociais e demográficos, bem como a realização de estudos, análises e investigação aplicada;*
- c) *Unidade Estatística, são todas as pessoas singulares e colectivas de direito público ou privado que se encontrem ou exerçam actividades no País.*

- Art.º 3º (Âmbito da Lei):

A presente lei aplica-se a todos os cidadãos e demais pessoas singulares e colectivas de direito público ou privado que se encontrem ou exerçam actividades no território nacional.

- Art.º 4º (Objectivos do SEN):

- a) *Garantir a recolha, tratamento, análise e difusão da informação estatística necessária ao País, para orientar o seu desenvolvimento socio-económico nos seus diferentes níveis;*
- b) *Optimizar a utilização dos recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais na produção das estatísticas oficiais e no desenvolvimento da actividade estatística nacional, evitando duplicações de esforços e a consequente delapidação de recursos;*

- c) *Fomentar o interesse da população, das instituições públicas e privadas e das empresas na actividade estatística nacional, a fim de promover a sua participação e colaboração na recolha de dados estatísticos pertinentes, fidedignos e oportunos;*
- d) *Promover a análise e a utilização da informação estatística oficial entre as instituições públicas e privadas e a comunidade em geral, para um melhor conhecimento objectivo da realidade nacional, como instrumento fundamental para a tomada de decisões a todos os níveis;*
- e) *Garantir o funcionamento de um sistema nacional de informação económica, social e demográfica de base estatística oficial, capaz de satisfazer as necessidades dos diferentes utilizadores;*
- f) *Estimular e promover, com carácter permanente, a formação e o aperfeiçoamento profissional do pessoal afecto à actividade estatística oficial.*

- Art.º 15º (Órgãos do SEN):

- a) *O Conselho Superior de Estatística, abreviadamente designado por CSE;*
- b) *O Instituto Nacional de Estatística, abreviadamente designado por INE;*
- c) *O Banco de Moçambique, abreviadamente designado por BM;*
- d) *O Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População, abreviadamente designado por CCRGP.*

Quanto à *natureza* do Conselho Superior de Estatística, o Artigo 16º define-o como *órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN*, sendo a sua *composição* a seguinte:

- Art.º 17º (Composição):

1. *O CSE é presidido pelo Primeiro-Ministro ou pelo membro do Governo em quem este delegar as respectivas funções e é composto pelos seguintes vogais:*
 - a) *Presidente do INE;*
 - b) *Um representante do BM;*
 - c) *Um representante de Órgão Central do Aparelho do Estado;*
 - d) *Dois representantes de universidades nacionais a serem indicados pelo Conselho Nacional do Ensino Superior;*
 - e) *Representantes de associações empresariais até ao máximo de três, dos quais um da área da indústria, um da agricultura e outro do comércio.*
2. *O Presidente do CSE poderá convidar, sempre que necessário, outras entidades.*

Quanto às competências do Conselho Superior de Estatística, a Lei estabelece:

- a) *Definir as linhas gerais da actividade estatística nacional e estabelecer as respectivas prioridades;*
- b) *Apreciar o plano de actividades do INE e o correspondente relatório anual;*
- c) *Promover e assegurar a coordenação do SEN aprovando, sob proposta do INE, conceitos, definições, nomenclaturas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística de uso obrigatório no desenvolvimento das actividades estatísticas oficiais;*
- d) *Fomentar o aproveitamento de actos administrativos para fins estatísticos, formulando recomendações com vista à utilização, nos documentos administrativos, dos conceitos, definições e nomenclaturas estatísticos, bem como ao acesso aos respectivos dados;*

- e) *Pronunciar-se sempre sobre projectos ou propostas de lei que criem serviços de estatística ou contenham quaisquer normas que incidam na estrutura ou funcionamento do SEN;*
- f) *Zelar pela observância do segredo estatístico e decidir sobre as propostas de dispensa do segredo estatístico, nos termos do n.º 3 do Artigo 14º da presente lei;*
- g) *Pronunciar-se, a pedido do Governo, sobre as normas e princípios gerais que devem regular a produção de dados estatísticos oficiais;*
- h) *Dar parecer sobre os projectos de cooperação bilateral e multilateral no domínio da estatística, desenvolvidos no País;*
- i) *Emitir parecer sobre propostas de delegação de competências do INE noutros serviços, bem como sobre as propostas da respectiva cessação;*
- j) *Aprovar o seu regulamento interno.*

Quanto ao INE, dispõe a Lei sobre as suas *natureza, objectivo e competência*:

- Art.º 19º (Natureza, Objectivo e Competência do INE):

1. *O Instituto Nacional de Estatística é o órgão executivo central do SEN que tem por objectivo a notação, apuramento, coordenação e difusão da informação estatística oficial do País e subordina-se ao Conselho de Ministros.*
2. *Compete ao INE realizar a actividade estatística oficial do País. As outras competências bem como o seu funcionamento, serão estabelecidas nos seus estatutos e regulamentos.*

Quanto ao Banco de Moçambique, estabelece a Lei de Bases do SEN a seguinte *competência*:

- Art.º 20º (Competência do BM) :

Compete ao Banco de Moçambique, nos termos da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro, assegurar a centralização e compilação das estatísticas monetárias e cambiais que julgue necessárias à prossecução de uma política eficiente naqueles domínios.

Finalmente, quanto ao Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População, são definidas pela Lei de Bases as seguintes *natureza e competência*:

- Art.º 21º (Natureza e Competência do CCRGP):

1. *O Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População é o órgão do SEN responsável pela direcção do Censo e do processo de Recenseamento.*
2. *A composição e o funcionamento do CCRGP são regulados por lei própria.*

5.3- ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Quanto aos *princípios norteadores do SEN*, o Artigo 5º da Lei de Bases estabelece que *A actividade estatística oficial assenta nos seguintes princípios*:

- a) *Autoridade Estatística;*
- b) *Segredo Estatístico;*
- c) *Autonomia Técnica;*

- d) *Imparcialidade;*
- e) *Transparência;*
- f) *Fiabilidade;*
- g) *Pertinência;*
- h) *Coordenação Estatística.*

Estes princípios norteadores da actividade estatística oficial do SEN vêm assim *definidos* na respectiva Lei de Bases:

- Art.º 6º (Autoridade Estatística):

1. *O princípio da autoridade estatística consiste no poder conferido ao INE de, no exercício das actividades estatísticas, realizar inquéritos com obrigatoriedade de resposta nos prazos que forem fixados, bem como efectuar todas as diligências necessárias à produção das estatísticas.*
2. *O INE pode solicitar informações estatísticas a todas as unidades estatísticas.*

- Art.º 7º (Segredo Estatístico):

O princípio do segredo estatístico consiste na obrigação do INE proteger os dados estatísticos individuais, relativos a pessoas singulares ou colectivas, recolhidos para a produção de estatísticas, contra qualquer utilização não estatística e divulgação não autorizada, visando salvaguardar a privacidade dos cidadãos, preservar a concorrência entre os agentes económicos e garantir a confiança dos inquiridos.

Em reforço do princípio do *Segredo Estatístico*, dispõe ainda a Lei o seguinte:

- Art.º 14º (Confidencialidade Estatística):

1. *Todas as informações estatísticas de carácter individual, recolhidas pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais, no âmbito do SEN, são de natureza estritamente confidencial, pelo que:*
 - a) *Não podem ser discriminadamente inseridas em quaisquer publicações ou fornecidas a quaisquer pessoas ou entidades, nem delas pode ser passada certidão;*
 - b) *Nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame;*
 - c) *Constituem segredo profissional para todos os funcionários ou agentes do SEN que delas tomem conhecimento por força das suas funções estatísticas.*
2. *As informações individualizadas sobre pessoas singulares nunca podem ser divulgadas.*
3. *As informações individualizadas sobre empresas públicas ou privadas nunca podem ser divulgadas, salvo autorização escrita dos respectivos representantes, ou após autorização do Conselho Superior de Estatística, caso a caso, desde que estejam em causa as necessidades do planeamento e coordenação económica, ou as relações económicas externas ou a investigação científica.*
4. *Do disposto no n.º 1 do presente artigo, exceptuam-se as informações sobre a Administração Pública e a identificação, localização e actividade das empresas e estabelecimentos, e outras que são geralmente de interesse e uso público.*

- Art.º 8º (Autonomia Técnica):

O princípio da autonomia técnica consiste no poder conferido ao INE de, no exercício da sua actividade estatística, definir livremente os meios tecnicamente mais ajustados à prossecução da sua actividade, agindo no âmbito da sua competência técnica com inteira independência.

- Art.º 9º (Imparcialidade):

O princípio da imparcialidade consiste no dever do INE de, no exercício da sua actividade estatística, produzir as estatísticas de forma objectiva, científica e com bases inequívocas.

- Art.º 10º (Transparência):

O princípio da transparência consiste no direito conferido aos fornecedores dos dados estatísticos individuais, necessários à produção de estatísticas oficiais, de obter informações relativas ao fundamento jurídico, aos fins para que esses dados são pedidos e às medidas de protecção da sua confidencialidade e da sua utilização exclusiva para fins estatísticos.

- Art.º 11º (Fiabilidade):

O princípio da fiabilidade consiste no dever de o INE, no âmbito do SEN, produzir as respectivas estatísticas de maneira a que traduzam, o mais fielmente possível, a realidade e os fenómenos que se propõem quantificar. O INE deve, ainda, informar os utilizadores estatísticos sobre as fontes e os métodos utilizados na sua produção.

- Art.º 12º (Pertinência):

O princípio da pertinência consiste no dever do INE produzir estatísticas relacionadas com necessidades específicas e de recolher dados estatísticos individuais limitando-se ao que é estritamente necessário para a obtenção das estatísticas pretendidas.

- Art.º 13º (Coordenação Estatística):

O princípio da coordenação estatística consiste no poder conferido ao SEN de elaborar e aprovar normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições uniformes de aplicação imperativa por todos os órgãos produtores de estatísticas oficiais, de modo a garantir a harmonização, integração e comparabilidade das estatísticas produzidas.

6. SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

6.1- INTRODUÇÃO

Importa começar por transcrever da Lei de Bases do SEN, Lei n.º 5/98, de 3 de Dezembro, o respectivo *preâmbulo*:

«A profunda reestruturação económica e social que se encontra em curso no País, na sequência da aprovação da nova Constituição, implica a organização de um sistema estatístico nacional que supra as insuficiências notórias do sistema que tem vigorado até ao presente.

Face a esta situação e aos insucessos e reduzido alcance de todas as acções empreendidas pelos Governos anteriores visando o desenvolvimento do aparelho estatístico nacional, urge tomar medidas que possibilitem, num primeiro passo, a construção do ordenamento jurídico de um novo sistema estatístico nacional, como factor estrutural e estruturante determinante do desejável e necessário desenvolvimento progressivo da capacidade nacional de produção e difusão de informação económica e social de base estatística oficial.

Entre os principais estrangulamentos do Sistema Estatístico Nacional em vigor, podem apontar-se alguns dos diversos desajustamentos de ordem legal e estrutural, designadamente:

- Um insuficiente e inadequado ordenamento jurídico, constituindo um factor bloqueador da sua actividade;*
- A composição, as competências e as normas de funcionamento do Comité Interdepartamental de Estatística, criado pelo Decreto-Lei n.º 34/80, por ser constituído essencialmente por representantes da Administração Pública, não permitiu que reflectisse os interesses dos utilizadores e dos fornecedores das informações estatísticas individuais no âmbito do sistema estatístico nacional, afectando assim a sua capacidade de intervenção, facto que, aliado às suas limitadas competências e às deficiências do seu funcionamento interno, acarretaram a sua total inoperância, impedindo-o na prática de coordenar e orientar superiormente todo o sistema;*
- A inexistência de normas sobre o princípio do segredo estatístico das informações estatísticas individuais, não se garantindo a sua confidencialidade, e conseqüente interdição de divulgação, bem como de utilização para fins não estatísticos;*
- A não aplicação na prática do princípio da autoridade estatística, com a conseqüente ausência de aplicação de sanções pecuniárias aos transgressores estatísticos que não respondem aos inquéritos estatísticos oficiais, ou respondem fora dos prazos legalmente fixados, tudo redundando num desrespeito total pelas obrigações estatísticas;*
- A inexistência de qualquer princípio de autonomia técnica legalmente consagrada aos órgãos produtores de estatísticas oficiais, com a conseqüente suspeita por parte dos utilizadores sobre a fiabilidade e a objectividade das estatísticas produzidas;*
- Finalmente, e não menos importante, a excessiva descentralização funcional da actividade estatística nacional, agravada pela ausência total de qualquer função de coordenação do sistema, redundou na proliferação de serviços estatísticos ministeriais à revelia de quaisquer princípios norteadores e coordenadores, com total desprezo de todas as conveniências de ordem técnica e funcional.*

Com o presente diploma redefinem-se os princípios em que deve assentar o novo Sistema Estatístico Nacional bem como as linhas orientadoras da sua aplicação, reorganizando-se a sua estrutura institucional.»

6.2- ELEMENTOS ESTRUTURAIS

A Lei de Bases do SEN começa por dar as seguintes *definições* para o Sistema e para a *Actividade Estatística Nacional*:

- Art.º 1º (Noção do Sistema Estatístico Nacional):

- 1. Por Sistema Estatístico Nacional, adiante abreviadamente designado por SEN, entende-se o conjunto orgânico integrado pelas instituições e entidades a quem compete o exercício da actividade estatística nacional.*

- 2. Por actividade estatística nacional entende-se o conjunto de métodos, técnicas e procedimentos de concepção, recolha, tratamento, análise e difusão de informação estatística oficial de interesse nacional, de que se destaca a realização de recenseamentos, inquéritos correntes e eventuais, a*

elaboração das contas nacionais e de indicadores económicos e sociais, bem como estudos análises e investigação aplicada.

Quanto à *tutela* do SEN, o Artigo 2º estipula: *a tutela do SEN é exercida pelo Ministro da Economia e Finanças*, e quanto aos *objectivos* do Sistema dispõe a Lei de Bases o seguinte:

- Art.º 3º (Objectivos do SEN):

- a) *Assegurar que as actividades estatísticas oficiais se desenvolvam de forma uniforme em todo o território nacional;*
- b) *Garantir que a recolha, tratamento, análise e difusão da informação estatística necessária ao País para orientar o seu desenvolvimento sócio-económico nos seus diferentes níveis, seja de qualidade, oportuna e suficiente;*
- c) *Optimizar o uso dos recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais na produção das estatísticas oficiais e no desenvolvimento da actividade estatística nacional, evitando duplicações de esforços e a consequente delapidação de recursos;*
- d) *Fomentar o interesse da população, das instituições públicas e privadas e das empresas na actividade estatística nacional, a fim de promover a sua participação e colaboração na recolha de dados estatísticos pertinentes, fidedignos e oportunos;*
- e) *Promover a análise e a utilização da informação estatística oficial entre as instituições públicas e privadas e a comunidade em geral, para um melhor conhecimento objectivo da realidade nacional, como instrumento fundamental para a tomada de decisões a todos os níveis;*
- f) *Garantir o funcionamento de um sistema nacional de informação económica e social de base estatística oficial, capaz de satisfazer as necessidades dos diferentes utilizadores;*
- g) *Estimular e promover, com carácter permanente, a formação e o aperfeiçoamento profissional do pessoal afecto à actividade estatística nacional no âmbito do SEN.*

Quanto aos *órgãos* do SEN, a Lei de Bases estabelece os seguintes:

- Art.º 5º (Órgãos do Sistema Estatístico Nacional):

1. *São órgãos do SEN:*

- a) *O Conselho Nacional de Estatística, adiante abreviadamente designado por CNE;*
- b) *O Instituto Nacional de Estatística, adiante abreviadamente designado por INE;*
- c) *O Banco Central de S. Tomé e Príncipe, adiante abreviadamente designado por BCSTP;*
- d) *Os Órgãos Delegados do INE, adiante abreviadamente designados por OD.*

2. *Os órgãos do SEN, no exercício das suas actividades estatísticas no âmbito do SEN, ficam sujeitos aos princípios definidos no Artigo 4º.*

Quanto ao Conselho Nacional de Estatística, as suas *natureza, competências e composição* aparecem definidas na Lei de Bases nos seguintes termos:

- Art.º 6º (Do Conselho Nacional de Estatística):

1. *O Conselho Nacional de Estatística é o órgão superior de orientação e coordenação do SEN, ao qual compete especialmente:*

- a) *Elaborar anualmente o projecto das directrizes gerais da actividade estatística nacional com as respectivas prioridades para o ano seguinte, a ser submetido à aprovação do Ministro de tutela;*

- b) *Garantir a coordenação do SEN, aprovando, sob proposta do INE, normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística de utilização imperativa por todos os órgãos produtores estatísticas oficiais no âmbito do SEN;*
 - c) *Fomentar o aproveitamento para fins estatísticos de actos administrativos da Administração Pública, formulando recomendações com vista, designadamente à utilização, nos documentos administrativos, das nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística, aprovados nos termos da alínea a);*
 - d) *Autorizar a libertação do segredo estatístico nos casos e termos previstos no Artigo 4º, n.º 4, alínea a);*
 - e) *Emitir parecer sobre o projecto do plano anual da actividade estatística e respectivo orçamento, para o ano seguinte, tanto do INE como dos seus Órgãos Delegados e do Banco Central, a ser submetido à aprovação do Ministro de tutela;*
 - f) *Emitir parecer sobre o projecto do relatório anual da actividade estatística do ano anterior, tanto do INE como dos seus Órgãos Delegado e do Banco Central, a ser submetido à aprovação do Ministro de tutela;*
 - g) *Emitir parecer sobre os projectos de cooperação bilateral e multilateral no domínio da Estatística, desenvolvidos pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais do SEN;*
 - h) *Emitir parecer, a solicitação do Governo, sobre os projectos de diplomas legais que criem ou restructurem serviços de estatística ou contenham quaisquer normas com incidência na estrutura e funcionamento do SEN;*
 - i) *Aprovar o seu regulamento interno.*
2. *O CNE é presidido pelo Ministro da Economia e Finanças, e é composto pelos seguintes vogais:*
- a) *O Director do INE que exerce as funções de Vice-Presidente e que assegurará a presidência nas ausências e impedimentos do Presidente;*
 - b) *O chefe de departamento do INE, proposto pelo Director, que assegurará as funções de Secretário do Conselho, sem direito a voto;*
 - c) *Os responsáveis pelos Órgãos Delegados do INE;*
 - d) *O Director da Direcção da Planificação Económica, do Ministério da Economia e Finanças;*
 - e) *O Director da Direcção de Finanças, do Ministério da Economia e Finanças;*
 - f) *O Director da Direcção das Alfândegas, do Ministério da Economia e Finanças;*
 - g) *O Director da Direcção de Estatística e Estudos Económicos e Supervisão Bancária, do BCSTP;*
 - h) *Um representante de cada uma das centrais sindicais e das associações empresariais;*
 - i) *Outros vogais que, sob proposta do Director do INE, venham a ser nomeados pelo Ministro de tutela nos termos do n.º 3.*

Quanto ao Instituto Nacional de Estatística, relativamente às suas *natureza e competências*, dispõe a Lei de Bases o seguinte:

- Art.º 7º (Do Instituto Nacional de Estatística):

1. *O Instituto Nacional de Estatística, é o órgão central de produção de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, a quem cabe a produção e difusão de informação estatística de interesse nacional, sendo um instituto público de nível Direcção Nacional.*

2. *No exercício das suas atribuições genéricas referidas no número anterior, cabe ao INE, por si só ou através dos seus Órgãos Delegados:*

- a) *Orientar, coordenar e executar a actividade estatística nacional no âmbito do SEN, de acordo com as deliberações do CNE homologadas pelo Ministro de tutela, bem como centralizar e difundir a informação estatística oficial relativa ao País;*
- b) *Realizar os recenseamentos e os inquéritos estatísticos de base e correntes necessários à produção da informação estatística de interesse nacional, efectuando a concepção, recolha, tratamento, análise e difusão da respectiva informação estatística, zelando pela sua veracidade, exactidão e actualidade no âmbito do SEN;*
- d) *Elaborar as contas nacionais;*
- e) *Elaborar os projectos de normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas e outros instrumentos técnicos de coordenação estatística, a submeter ao CNE nos termos do Artigo 6º, n.º 1, alínea b);*
- f) *Criar e manter permanentemente actualizado um registo geral de empresas e estabelecimentos para fins estatísticos, ao serviço de todos os órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN;*
- g) *Realizar estudos de natureza económica, social e demográfica, com base na informação estatística oficial produzida no âmbito do SEN;*
- h) *Prestar, na medida das suas possibilidades, assistência técnico-estatística aos seus Órgãos Delegados;*
- i) *Autorizar a realização de inquéritos estatísticos por outras entidades da Administração Pública ou com funções de interesse público;*
- j) *Promover a realização durante o emprego de acções de formação profissional no domínio da Estatística, destinadas ao pessoal afecto aos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN;*
- k) *Manter serviços de documentação científica e técnica, permutando publicações estatísticas e similares que produza com instituições congéneres estrangeiras e internacionais;*
- l) *Cooperar com organizações estatísticas estrangeiras e internacionais, designadamente no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas estatísticas bem como quanto à formação profissional no domínio da Estatística;*
- m) *Elaborar o projecto do plano anual das suas actividades e respectivo orçamento, bem como do correspondente relatório de actividade, a serem submetidos a parecer do CNE a e a posterior aprovação do Ministro de tutela, nos termos previstos no Artigo 6º, n.º 1, alíneas e) e f).*

Quanto ao Banco Central, as suas *competências estatísticas* enquanto órgão produtor de estatísticas oficiais do SEN são as seguintes:

- Art.º 8º (Do Banco Central de São Tomé e Príncipe):

1. *As competências estatísticas do BCSTP no âmbito do SEN, são as que se encontram previstas na sua Lei Orgânica, a Lei n.º 8/92, no Artigo 8º, n.º 2, alíneas j) e l).*

2. *Tais competências são aqui transcritas, respectivamente:*

- a) *Assegurar a recolha, centralização e tratamento de dados e a consequente elaboração das estatísticas monetárias, financeiras e cambiais que julgar necessárias para a adequada informação, acompanhamento e controlo das políticas a desenvolver. Nestes domínios, poderá*

efectuar as diligências que se mostrem convenientes, designadamente inquéritos, podendo para tal exigir a qualquer entidade, pública ou privada, que sejam fornecidas, directa e gratuitamente, todas as informações necessárias;

b) *Administrar, acompanhar e elaborar a Balança de Pagamentos.*

Quanto aos Órgãos Delegados do INE, a Lei dispõe as seguintes *natureza, competências, criação e regras de funcionamento:*

- Art.º 9º (Dos Órgãos Delegados do INE):

1. *São Órgãos Delegados do INE para o exercício das suas atribuições, as entidades públicas a quem forem delegadas competências para o exercício de algumas dessas atribuições ou para o auxiliarem nas suas funções de recolha de informação estatística.*
2. *Não podem ser Órgãos Delegados do INE:*
 - a) *As entidades privadas e cooperativas;*
 - b) *As entidades públicas que, pela natureza das suas atribuições, possam utilizar as informações estatísticas recolhidas para fins diferentes dos estatísticos.*
3. *Os OD que receberem delegação de competências do INE para a própria difusão das estatísticas delegadas, ficam obrigados a sujeitá-las previamente à aprovação técnica do INE.*
4. *A criação de OD do INE será estabelecida, sob proposta do INE, por Despacho Conjunto dos Ministros de tutela e da entidade respectiva, o qual definirá sempre os poderes delegados, bem como estipulará a obrigatoriedade do respeito do disposto na presente lei e do registo prévio no INE dos questionários que utilizarem na realização dos inquéritos estatísticos relativos às funções delegadas.*
5. *Quando os questionários dos OD submetidos a registo não respeitem o princípio da pertinência, ou não se harmonizem com os requisitos técnicos adequados, ou com as exigências do seu fácil preenchimento, o INE fará depender o registo da introdução das alterações técnicas que considerar necessárias.*
6. *Será recusado pelo INE o registo de questionários que se destinem à recolha de dados estatísticos já contidos em outros questionários utilizados no âmbito do SEN, visando evitar duplicações.*
7. *Os registos serão concedidos por período determinado, prorrogável a pedido dos OD, os quais não podem introduzir qualquer alteração nos questionários já registados sem os submeter a novo registo no INE.*
8. *Os registos concedidos pelo INE serão numerados, devendo o respectivo número e prazo de validade serem inscritos no canto superior esquerdo dos questionários aprovados.*
9. *Das decisões do Director do INE em matéria de registo de questionários cabe recurso para o Ministro de tutela do SEN.*

6.3- ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Quanto aos *princípios orientadores do SEN*, a Lei de Bases acolhe os seguintes:

- Art.º 4º (Princípios):

1. *A fim de garantir o melhor nível qualitativo possível no plano deontológico e profissional, a actividade estatística nacional desenvolvida no âmbito do SEN, assenta nos princípios da Autoridade*

Estatística, do Segredo Estatístico, da Autonomia Técnica, da Imparcialidade, da Transparência, da Pertinência e da Coordenação Estatística.

2. *Para efeitos da presente lei, estes princípios são assim definidos:*

- a) *Autoridade Estatística: é o poder conferido aos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN de, no exercício da sua actividade estatística, poderem realizar inquéritos com obrigatoriedade de resposta nos prazos que forem fixados, bem como efectuar todas as diligências necessárias à produção das estatísticas, podendo solicitar informações estatísticas a todas as autoridades, serviços ou organismos, funcionários e a todas as pessoas singulares ou colectivas que se encontrem no território nacional ou nele exerçam actividade, salvo quanto às convicções ou prática religiosa cuja recolha de dados para fins estatísticos só pode ser feita nos termos do Artigo 26º, n.º 4 da Constituição;*
- b) *Segredo Estatístico: visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos, preservar a concorrência entre os agentes económicos e garantir a confiança dos inquiridos consistindo na obrigação dos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, de protegerem os dados estatísticos individuais, relativos a pessoas singulares ou colectivas, recolhidos para a produção de estatísticas, contra qualquer utilização não estatística e divulgação não autorizada;*
- c) *Autonomia Técnica: consiste no poder conferido aos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN de, no exercício da sua actividade estatística, definir livremente os meios tecnicamente mais ajustados à prossecução da sua actividade, agindo no âmbito da sua competência técnica com inteira independência, podendo tornar disponíveis e difundir em pé de igualdade a todos os utilizadores as estatísticas produzidas e o mais rapidamente possível após terminado o seu processo de produção;*
- d) *Imparcialidade: consiste no dever dos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN de, no exercício da sua actividade estatística, produzirem as estatísticas de forma objectiva, científica e com bases inequívocas, ao abrigo de qualquer pressão oriunda de grupos políticos ou de outros grupos de interesse, designadamente no que diz respeito às técnicas científicas, metodologias, nomenclaturas, conceitos e definições estatísticas que melhor se adaptem à consecução dos objectivos da presente lei;*
- e) *Transparência: consiste no direito conferido aos fornecedores dos dados estatísticos individuais, necessários à produção das estatísticas oficiais no âmbito do SEN, de obter informações relativas ao fundamento jurídico, aos fins para que esses dados são pedidos e às medidas de protecção da confidencialidade desses dados e da sua utilização exclusiva para fins estatísticos.*
- f) *Fiabilidade: consiste no dever dos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, de produzirem as respectivas estatísticas de maneira a que traduzam, o mais fielmente possível, a realidade e os fenómenos que se propõem quantificar, devendo ainda, informar os utilizadores estatísticos sobre as fontes e os métodos utilizados na sua produção.*
- h) *Pertinência: consiste no dever dos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, de produzirem estatísticas relacionadas com necessidades claramente definidas, resultantes de objectivos do Governo, e a recolha dos dados estatísticos individuais deve limitar-se ao que é estritamente necessário para a obtenção das estatísticas pretendidas*
- i) *Coordenação Estatística: consiste no poder conferido ao SEN de elaborar e aprovar normas técnicas, nomenclaturas, conceitos e definições uniformes de aplicação imperativa por todos os órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, de molde a garantir a harmonização, integração e comparabilidade das estatísticas produzidas.*

Em reforço do princípio do *Segredo Estatístico*, dispõe ainda este mesmo Artigo nos seus n.º 3 a n.º 5 o seguinte:

3. *Todas as informações estatísticas de carácter individual, recolhidas pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais, no âmbito do SEN, são de natureza estritamente confidencial, pelo que:*
 - a) *Não podem ser discriminadamente insertas em quaisquer publicações ou fornecidas a quaisquer pessoas ou entidades, nem delas pode ser passada certidão;*
 - b) *Nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame;*
 - c) *Constituem segredo profissional para todos os funcionários ou agentes do SEN que delas tomem conhecimento por força das suas funções estatísticas.*
4. *Exceptuam-se do disposto no número anterior, os casos em que:*
 - a) *A própria pessoa ou entidade a quem respeitam as informações estatísticas, por escrito, autorize expressamente a sua divulgação ou lhes retire o carácter confidencial;*
 - b) *O Conselho Nacional de Estatística, nos termos do Artigo 6º, n.º 1, alínea d), autorize a libertação do princípio do segredo estatístico, desde que estejam em causa necessidades do planeamento e coordenação económica ou as relações económicas externas.*
5. *Os funcionários ou agentes dos órgãos produtores de estatísticas oficiais no âmbito do SEN que, mesmo após cessarem a qualquer título as respectivas funções, violarem o princípio do segredo estatístico, são passíveis de responsabilização disciplinar e penal.*

7. ANÁLISE DE DIREITO COMPARADO

Desde logo é de salientar que todas as Leis de Bases dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP, tanto as já aprovadas (*Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*) como a que se encontra em fase de projecto aguardando aprovação (*Guiné-Bissau*), acolhem, na generalidade, *os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais* aprovados em Abril de 1994 pela Comissão de Estatística das Nações Unidas.

Para além deste acolhimento, demonstram conhecimento das *tendências modernas* da engenharia dos Sistemas Estatísticos Nacionais em ambiente de democracia multipartidária e de economia de mercado aberto, o que não significa, naturalmente, que todos as tenham aplicado de igual modo.

De salientar também que todos os PALOP adoptaram para os seus Sistemas Estatísticos Nacionais um modelo organizativo de *pendor tendencialmente centralizador*, embora com disposições que pretendem *flexibilizar a prática da descentralização funcional* das competências estatísticas oficiais dos respectivos INE noutros serviços públicos.

De facto, para além da diferente composição dos órgãos produtores de estatísticas oficiais que integram os respectivos Sistemas Estatísticos Nacionais, *retirando rigidez ao modelo centralizado*, todas as Leis de Bases consagram a possibilidade dos respectivos INE delegarem funções estatísticas oficiais noutros Serviços Públicos.

Contudo, relativamente a esta faculdade dos INE delegarem competências estatísticas oficiais noutros serviços públicos, verifica-se uma excepção no caso de Angola cuja Lei de

Bases prevê nos Artigos 21º e 22º a possibilidade desta delegação ser conferida a *entidades privadas*, o que constitui um elemento «controverso» da noção de Sistema Estatístico Nacional enquanto *ente público ao serviço de toda a comunidade numa base objectiva, equidistante e imparcial*.

Sobre o grau de acolhimento que cada PALOP deu àqueles Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, proceder-se-á a seguir à respectiva análise pela ordem em que foram formulados pela Comissão de Estatística da ONU, e que se transcrevem.

-1º PRINCÍPIO

A Estatística Oficial constitui um elemento indispensável do sistema de informação de uma sociedade democrática, que proporciona às instituições oficiais da nação, ao sector económico e ao público dados acerca da situação económica, demográfica, social e ambiental. Com este fim, os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem elaborar estatísticas oficiais com critérios de utilidade e interesse públicos e disponibilizá-las com imparcialidade para que os cidadãos possam exercer o seu direito de acesso à informação pública;

Este princípio refere-se aos *objectivos* que devem ser fixados para os Sistemas Estatísticos Nacionais, bem como às condições do seu funcionamento nos planos técnico-científico e ético-profissional, verificando-se que, de uma maneira explícita ou genericamente implícita, está acolhido por todos os PALOP com suficiente latitude nas respectivas Leis de Bases.

De facto, tanto a definição de Sistema Estatístico Nacional como a dos seus objectivos aparecem expressamente formuladas nas Leis de Bases de: Guiné-Bissau (*Artigos 1º e 3º*); Moçambique (*Artigos 2º e 4º*); e São Tomé e Príncipe (*Artigos 1º e 3º*), enquanto que nas de Angola e de Cabo Verde não aparecem formuladas, podendo no entanto deduzir-se facilmente a interpretação de que o princípio está implicitamente acolhido.

-2º PRINCÍPIO

Para manter a confiança na informação Estatística Oficial, os organismos responsáveis pela estatística devem decidir, de acordo com considerações estritamente profissionais, princípios científicos e ética profissional, os métodos de recolha e os procedimentos para o tratamento, conservação e apresentação dos dados estatísticos;

Este princípio tem a ver com a problemática da autonomia técnica (*independência*) dos órgãos produtores de estatísticas oficiais, no seu conceito mais lato, verificando-se que, embora com formulações diferenciadas, está acolhido expressamente nas Leis de Bases de todos os PALOP.

Na verdade, excepto Cabo Verde que o acolhe formulando na sua Lei de Bases somente o princípio da autonomia técnica em sentido restrito (*Artigo 5º*), os restantes países acolhem-no formulando para além do princípio da autonomia técnica o princípio da imparcialidade, respectivamente: Angola (*Artigos 8º e 11º*); Guiné-Bissau (*Artigo 4º, alíneas c) e d)*); Moçambique (*Artigos 8º e 9º*); e São Tomé e Príncipe (*Artigo 4º, alíneas g) e d)*).

Contudo, impõe-se salientar que nas Leis de Bases de *Angola* e de *Moçambique* a formulação do princípio da autonomia técnica aparece em termos diferentes dos outros PALOP.

Na verdade, não incorpora expressamente a vertente do poder de divulgação e difusão das estatísticas oficiais produzidas, o que acontece nas Leis de Bases dos outros Países nos seguintes termos:

Cabo Verde- *O INE tem competência para tornar disponíveis, divulgar e difundir os resultados da actividade desenvolvida no quadro das suas atribuições, sem prejuízo do respeito pelas regras do segredo estatístico.*

Guiné-Bissau

e

S Tomé e Príncipe- *(...) podendo tornar disponíveis e difundir em pé de igualdade a todos os utilizadores as estatísticas produzidas e o mais rapidamente possível após terminado o seu processo de produção.*

-3º PRINCÍPIO

Para facilitar uma interpretação correcta dos dados, os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem apresentar a informação de acordo com a metodologia científica sobre fontes, métodos e procedimentos da estatística;

Com excepção de Angola e Cabo Verde, que não acolhem expressamente este princípio, ele é acolhido pelos restantes PALOP nas respectivas formulações do princípio da fiabilidade: Guiné-Bissau (*Artigo 4º, n.º 2, alínea f*); Moçambique (*Artigo 11º*); e São Tomé e Príncipe (*Artigo 4º, n.º 2, alínea f*).

-4º PRINCÍPIO

Os organismos responsáveis pela Estatística Oficial têm o direito de formular observações sobre as interpretações erróneas e a utilização indevida das estatísticas;

Este princípio não é acolhido expressamente pelos PALOP, o que, contudo, por interpretação extensiva (designadamente quanto ao princípio da autonomia técnica) não invalida deduzir o entendimento de que está implicitamente acolhido.

-5º PRINCÍPIO

Os dados utilizados para fins estatísticos podem obter-se recorrendo a toda a espécie de fontes, sejam inquéritos estatísticos ou registos administrativos. Os organismos responsáveis pela Estatística Oficial devem eleger a fonte tendo em conta a qualidade, a oportunidade, o custo e a carga que implique para as unidades informadoras;

Este princípio está acolhido por todos os PALOP nos princípios da autonomia técnica e da autoridade estatística, verificando-se ainda, com excepção de Cabo Verde, um reforço do seu acolhimento através da atribuição de uma competência aos respectivos Conselhos Superiores/Nacionais de Estatística para fomentarem o aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos.

-6º PRINCÍPIO

Os dados individuais recolhidos pelos organismos estatísticos para a elaboração estatística oficial, tanto provenientes de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizarem-se exclusivamente com fins estatísticos;

Este princípio do segredo estatístico está acolhido por todos os PALOP, embora no caso de Angola com uma formulação diferenciada. Na verdade, nos restantes PALOP existe uma componente comum do princípio do segredo estatístico da protecção dos dados estatísticos individuais que é formulada nos seguintes termos «*Nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame*». Mas no caso de Angola aparece assim formulada (*assinalandose com sublinhado a diferença*) «*Nenhum serviço ou autoridade, salvo as excepções previstas por lei, pode ordenar o seu exame*», o que não deixa de fora a possibilidade de se deduzir o entendimento de uma menor rigidez na formulação deste princípio crucial dos SEN nas sociedades modernas.

-7º PRINCÍPIO

As leis, regulamentos e disposições que regulam o funcionamento dos sistemas estatísticos devem dar-se a conhecer ao público;

O simples facto da legislação dos países ser obrigatoriamente publicada nos respectivos Boletins Oficiais ou Diários da República, assegura, por si só, o acolhimento deste princípio, a que acresce as acções de informação e comunicação desenvolvidas pelos respectivos INE visando o seu conhecimento público alargado, designadamente através de Seminários de âmbito nacional sobre a caracterização e o funcionamento dos respectivos Sistemas Estatísticos Nacionais na sua globalidade.

-8º PRINCÍPIO

A coordenação entre os diferentes organismos estatísticos de cada país é essencial para assegurar a coerência e a eficiência do sistema estatístico;

Este princípio é globalmente acolhido pelas Leis de Bases de todos os PALOP através da formulação do princípio da coordenação estatística, aparecendo reforçado com as competências de orientação e coordenação superior dos Sistemas Estatísticos Nacionais atribuídas aos respectivos Conselhos Nacionais/Superiores de Estatística.

-9º PRINCÍPIO

A utilização pelos organismos estatísticos de cada país, de conceitos, classificações e métodos internacionais, fomenta a coerência e a eficiência do sistema estatístico em todos os níveis oficiais;

Embora se possa considerar que este princípio (que também se refere à problemática da coordenação estatística) está implicitamente acolhido na generalidade por todos os PALOP, só Angola e Cabo Verde (de algum modo) o acolhem expressamente ao preverem (*respectivamente, Artigo 14º, n.º 4 e Artigo 13º, n.º 3*) a possibilidade de organismos internacionais participarem no Conselho Nacional de Estatística, sem direito a voto.

-10º PRINCÍPIO

A cooperação bilateral e multilateral no âmbito da estatística contribui para melhorar os sistemas de elaboração de Estatísticas Oficiais em todos os países.

Embora também se possa considerar que este princípio está implicitamente acolhido na generalidade por todos os PALOP, só a Guiné-Bissau (*Artigo 6º, n.º 1, h*)), Moçambique (*Artigo 18º, h*)) e S. Tomé e Príncipe (*Artigo 6º, n.º 1, g*)) o acolhem expressamente ao atribuir aos respectivos Conselhos Nacionais/Superiores de Estatística a competência para emitirem parecer sobre os projectos de cooperação bilateral e multilateral no domínio da Estatística desenvolvidos pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais, com o objectivo de assegurar a sua indispensável coordenação no âmbito dos respectivos SEN.